

Je
Jornal do
Engenheiro

Beatriz Arruda

Dar fim ao *emaranhado* feio e perigoso

Federação Nacional dos Engenheiros propõe legislação municipal para acabar com as ligações irregulares em postes de distribuição de energia elétrica. Além da poluição visual, a prática significa risco à população.

Página 5



OS ESSENCIAIS INVESTIMENTOS *em ferrovia*

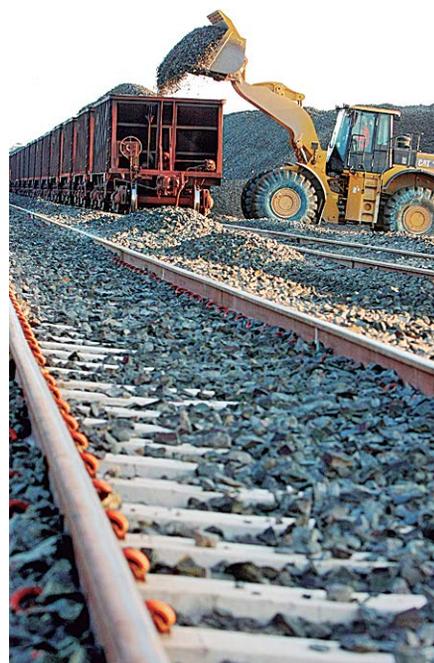
AS DIFICULDADES ECONÔMICAS e políticas pelas quais passa o Brasil têm sido tema constante do debate público, que se divide em duas vertentes principais. Uma, que infelizmente vigora no Ministério da Fazenda, acredita que a saída são cortes de gastos, arrocho, elevação da taxa de juros. Outra, a qual nos filiamos, aponta a necessidade de o País andar para a frente. Nessa linha de pensamento, permanecem válidas as premissas do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o qual propugna estímulo à produção e incremento da infraestrutura nacional, ainda precária em diversos setores.

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

Um aspecto fundamental aqui, pois implica a circulação de mercadorias no território nacional e o seu escoamento para exportação, é a nossa matriz de transporte que necessita de ajuste estrutural. Conforme a fonte consultada, obtêm-se dados variados, mas em todos eles é excessiva a participação das rodovias. Segundo o Relatório Final do Plano Nacional de Logística e Transporte, em 2011, no País essa era de 52%. De acordo com informações apresentadas pela Frente Nacional pela Volta das Ferrovias em atividade realizada no SEESP em 14 de outubro, atinge 70% (*leia matéria na página 4*). Ou seja, a ferrovia, opção mais econômica e ambientalmente correta, continua à margem. Para se ter uma ideia de quão irracional é essa opção, basta olhar para a comparação entre os valores dispendidos nos dois modais. Enquanto o transporte sobre trilhos custa entre US\$ 0,30 e US\$ 1,00 por tonelada/km, o rodoviário fica entre US\$ 4,00 e US\$ 5,00, conforme levantamento feito em 2012 pelo consultor do “Cresce Brasil”, engenheiro Carlos Monte.

A nossa atual situação em relação ao setor remete a décadas de sucateamento da ferrovia, o processo de privatização dos anos 1990 e a incapacidade atual de retomar efetivamente os investimentos, apesar de esses terem sido anunciados. O mais recente deles, a segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que prevê R\$ 86,4 bilhões para o setor,

tem levantado preocupações de técnicos quanto à concretização dos projetos, que correm o risco de não saírem do papel, a exemplo do que ocorreu com a primeira fase da iniciativa. Embora incluída no PIL, também continua na berlinda e gerando dúvidas quanto a sua execução a proposta de integração ferroviária com o Peru, o que abriria uma saída aos produtos brasileiros para o Oceano Pacífico. Outro ponto a ser levado em consideração é o transporte ferroviário de longa distância de passageiros, praticamente extinto no Brasil e ainda excluído de projetos de retomada dos trilhos. Nessa seara, ficou abandonada ideia do trem de alta velocidade que faria a ligação Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro. A nosso ver, essa seria uma opção de mobilidade válida e necessária, além de ser oportunidade para dotar o País de tecnologia que ainda não domina. Enfim, se nosso intuito é seguir adiante, deixar a crise para trás e buscar o desenvolvimento, é preciso ter em mente que isso se fará necessariamente sobre trilhos.



A nossa atual situação em relação ao setor remete a décadas de sucateamento, o processo de privatização dos anos 1990 e a incapacidade atual de retomar efetivamente projetos de transporte sobre trilhos.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edison Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de novembro de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



É o momento de mais Dumonts e Montenegros

Allen Habert

A MULTIDÃO EM PARIS, em torno da Torre Eiffel, explodiu em entusiasmo. Um dirigível mágico a contornava. Era 1901. O vencedor do concurso, de fazer o homem voar e sonhar, era mesmo Santos Dumont. O dirigível contornou a Torre em 30 minutos. Depois disso, em 1906, o impacto e a magia do 14-Bis estimularam centenas de malucos solitários a inventarem o avião em muitos países. O século XX, de ilusões e desilusões, decolava pelas mãos e inteligência de nosso *Petitsantôs*, fazendo o mundo encolher.

Só se falava nesse brasileiro, que fazia seu aprendizado na profissão de pássaro, em todas as rodas dos salões chiques pelo mundo.

Mineiro, teve um pai engenheiro de obras públicas, um dos maiores plantadores de café do Estado de São Paulo na época, que o enviou a estudar no velho continente. Tornou-se um engenheiro de mão cheia, um *designer*, um arquiteto, um homem de moda, um ambientalista, um visionário. Acima de tudo, um inovador. Obstinado, indicou mais tarde a necessidade de se construir uma fábrica de aviões entre São Paulo e Rio de Janeiro. O brigadeiro Casimiro Montenegro,

Jovens e profissionais da área tecnológica devem conhecer a trajetória desses brasileiros. É uma pista para ganhar a batalha da inovação.

cearense, personagem ímpar e genial, entende a senha lançada e na década de 1940 cria as bases do CTA (*Centro Técnico Aeroespacial*), do ITA (*Instituto Tecnológico de Aeronáutica*) e a Embraer (*Empresa Brasileira de Aeronáutica*) nasce em 1968, em São José dos Campos. Educação, pesquisa e empreendedorismo, o tripé chave para levar nosso país ao seu destino de grandeza na conquista de uma sociedade do conhecimento.

Os jovens e os profissionais da área tecnológica devem conhecer a fundo a trajetória desses dois brasileiros. É uma

pista para ganhar a batalha da inovação, de projetos de engenharia assinados e da autoestima de um povo.

Chamo a atenção de quatro iniciativas em curso que devem ter mais apoio e atenção da sociedade, pois delas surgirão os novos guerreiros da inovação:

- O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que forma engenheiros de inovação e desenvolve a educação continuada do SEESP;
- A Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP), que estimula estudantes secundaristas na pesquisa e inovação nas escolas públicas e privadas;
- O Programa Ciências Sem Fronteiras, que já enviou 101 mil universitários para 39 países;
- As Olimpíadas das áreas de exatas e biológicas que motivam milhões de estudantes.

Dumont e Montenegro, engarrafadores de nuvens, inconformados e intransigentes, nos inspiram nos desafios do século XXI, pois precisamos de uma imaginação institucional para construir um Brasil que dê conta de sua missão civilizatória da esperança desprotegida de ilusões.

Allen Habert é engenheiro de produção e foi presidente do SEESP. É atualmente diretor de articulação nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e desse sindicato



Continua disputa por controle do Porto de Santos

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

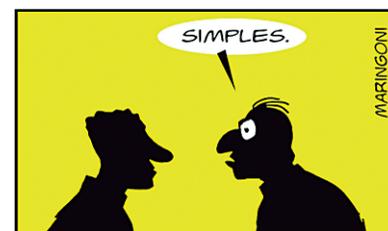
Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

HOMEM-BOMBA





BRASIL AINDA FORA DOS TRILHOS

Deborah Moreira e Rosângela Ribeiro Gil

EM 19 ANOS, de 1995 a 2014, foram acrescentados à malha ferroviária nacional 2.500km, número insuficiente para um país de dimensões continentais como o Brasil. Quem constata é o economista Antonio Pastori. Pesquisador na área, ele defende que o modal ferroviário seja usado de forma mais intensa para o transporte de cargas e de passageiros. Para tanto, a política nacional para o setor, classificada por Pastori como monopolista, deve mudar, e a sociedade deve ser chamada a discutir um novo modelo.

Ele apresentou um “inventário” das ferrovias brasileiras na 46ª reunião do Comitê Gestor do Conselho Tecnológico (CT) do SEESP, no dia 14 de outubro último, na sede do sindicato, na Capital paulista. Na data, o Conselho Assessor de Transportes e Mobilidade Urbana do CT recebeu, também no sindicato, José Manoel Ferreira Gonçalves, presidente da Frente Nacional pela Volta das Ferrovias (Ferro Frente). Na pauta, audiências públicas no Congresso Nacional em Brasília para retomar os investimentos no modal em todo o País.

Apesar dos dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de 2009 apontarem que mais de 23 mil ferrovias concedidas estão em pleno uso, Pastori criticou: “Em boa parte dessa malha, vemos o mato crescer.” Ele explicou, inclusive, que mapa no *site* do órgão regulador contém erros, mostrando em atividade ferrovias sem uso ou não concluídas, e na apresentação do Progra-

ma de Investimentos em Logística (PIL) de 2012 foram incluídos trechos que ainda não foram construídos.

Da mesma forma, o lançamento da segunda etapa do PIL, em junho deste ano, que prevê investimentos de R\$ 86,4 bilhões no setor, deixa a desejar. Gonçalves questionou a decisão nessa fase do programa de não se aproveitarem projetos já existentes, caso do corredor ferroviário bioceânico, que deve interligar Centro-Oeste e Norte do Brasil ao Peru, a um investimento de R\$ 40 bilhões. Pastori concordou, lembrando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de um estudo relativo à obra, mas em outro trecho menor e que, portanto, exigiria menos recursos. E isso foi ignorado (*leia matéria no JE 480*).

Além disso, salientou que não existe nenhum projeto que contemple o transporte ferroviário de passageiros no PIL 2. “Infelizmente o programa governamental só pensa em escoar *commodities* para os portos”, enfatizou Pastori. E acrescentou: “É plenamente possível o transporte de cargas conviver com o de passageiros nos trilhos.” Como exemplo, citou a experiência exitosa de ferrovia entre Vitória (ES) e Minas Gerais, onde trens de minério de ferro e de produtos siderúrgicos dividem espaço com os para locomoção de pessoas, sem problemas.

Retomar ferrovias

Segundo Pastori, apenas 4% dos deslocamentos de passageiros no País são feitos por trilhos, o que atende 10 milhões de pessoas. “É muito pouco, precisamos aproveitar melhor as malhas existentes e resgatar a cultura do transporte sobre trilhos”, realçou. E reforçou: “Oitenta por cento da população brasileira se concentram na área litorânea, mas não existe nenhum projeto do governo que preveja o transporte por trilhos nessa faixa. Por isso, continuaremos morrendo nas estradas.”

Também em relação a cargas, é preciso mudança. De acordo com Gonçalves, em São Paulo quase 90% são transportadas em caminhões. Já no Brasil esse índice

cai para 70% por conta do transporte de minério de ferro via trilhos. Ele afirmou que pretende reunir mais dados consistentes para sensibilizar a opinião pública a partir de uma ampla campanha sobre a importância da intermodalidade e das ferrovias. “No Estado de São Paulo, acabamos com elas. A Fepasa (*Ferrovias Paulista S.A.*) criminosamente foi extinta. Fizemos concessões sem exigência de contrapartidas”, lamentou.

Presidente da Ferro Frente destacou papel fundamental do SEESP na luta pela garantia de projetos e investimentos no setor.

De acordo com Gonçalves, a Ferro Frente entrou no dia 14 de outubro com uma Ação Civil Pública contra o governo federal para contestar os baixos investimentos e a perda de recursos com a construção da ferrovia Norte Sul, com 855 quilômetros, entre Palmas, no Tocantins, e Anápolis, em Goiás. “Até agora não passou nenhuma carga no trecho. Falta sinalizá-lo, fazer concessões e o pátio de manobra”, apontou.

Em concessões já existentes, conforme Pastori, o problema se repete: os investimentos estão estimados em apenas R\$ 16 bilhões e devem abranger ampliação de tráfego, novos pátios, redução das interferências urbanas, duplicações, construção de novos ramais, ampliação e renovação de frotas e de equipamentos em vias e sinalizações. “São investimentos grandes que ficariam fora da lógica de lucro dessas empresas, por isso elas reivindicam a prorrogação dos contratos atuais (*que vencem em 2026*) por mais 30 anos.”

Diante desse quadro, Gonçalves destacou: “Nada melhor do que contar com o SEESP, que tem um papel protagonista nessa história porque vem ao longo de décadas atuando em defesa do profissional e da sociedade.”



Beatriz Arruda

Reunião com economista Antonio Pastori sobre as ferrovias brasileiras contou com a participação de engenheiros e de outros profissionais ligados ao setor.

Organizar as fiações NO ESPAÇO URBANO

Soraya Misleh

DISCUSSÃO RECORRENTE, solução para pôr fim à poluição visual e aos riscos à população diante do emaranhado de fios nos postes das cidades brasileiras vem sendo apresentada pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

“O problema é generalizado no País. Empresas não cumprem as normas técnicas relativas ao tema e, com isso, invadem o espaço público. Estamos propondo aos municípios que promulguem leis obrigando a distribuidora, proprietária da infraestrutura, a notificar as companhias que alugam o poste a resolverem essa situação”, explica Carlos Augusto Ramos Kirchner, representante da FNE na Frente em Defesa do Consumidor de Energia Elétrica e diretor do sindicato paulista.

Em São Paulo, segundo dados da Prefeitura de São Paulo disponíveis em seu *site*, são 17 mil quilômetros de cabos suspensos sobre as vias. Sem o cumprimento das normas técnicas – que determinam que em cada poste haja apenas seis pontos de fixação e cada prestadora de serviço ocupe somente um –, conforme reportagem publicada em março último no jornal *O Estado de S. Paulo*, a Capital enfrenta praticamente um acidente por dia. A administração municipal baixou em fevereiro último a Portaria nº 261, cujo objetivo era o enterramento gradual de todos os cabos, a qual foi suspensa pela Justiça, sob alegação de que não era competência das Prefeituras legislar sobre concessão federal, caso do setor elétrico. Embora discorde desse argumento e entenda que transformar a rede aérea em subterrânea seria o ideal, Kirchner afirma que ao longo do tempo, sempre que houve tentativas de enterrar os fios, essas foram barradas.

A solução

A saída possível para ordenar o espaço público, enfatiza ele, é garantir a responsabilidade do proprietário da infraestrut

tura (a distribuidora) de fiscalizar a correta disposição dos cabos e fios. “Audiência pública conjunta da Aneel e Anatel (agências nacionais de Energia Elétrica e Telecomunicações) resultou na Resolução nº 4, em dezembro do ano passado. Houve um reconhecimento que a situação não poderia continuar como está. Tinham de passar a cumprir as normas técnicas e tudo teria de ser regularizado em um ano. Porém, de forma incoerente, estabeleceram nessa resolução irrisório limite de apenas 2.100 regularizações por ano e distribuidora”, ressalta Kirchner.

O dado positivo é que a partir dessa audiência pública, municípios começaram a apresentar propostas para dar fim ao emaranhado de fios. “A partir do começo deste ano, surgiram leis municipais principalmente focadas em retirar cabos inutilizados e que ficam dependurados ou caídos no espaço público. Até agora, trata-se de movimento espontâneo e natural pela insatisfação crescente da população com isso”, observa Kirchner. Quatro cidades do Rio Grande do Sul já contam com leis nesse sentido: Porto Alegre, Bento Gonçalves, Canela e Novo Hamburgo. Além disso, no Estado paulista, norma afim foi promulgada em Santos, mas passa a valer a partir de 15 de abril de 2016. Em Botucatu, vereadores aprovaram projeto de lei, que aguarda sanção do Prefeito. “É um grande avanço. Estamos tentando aproveitar o que tem de bom em cada uma e ver o que é preciso aprimorar”, informa o representante da FNE.

Na minuta de projeto de lei que a federação está apresentando aos municípios (disponível em www.energia.fne.org.br), um dos problemas que a entidade busca sanar é obrigar a distribuidora a priorizar e dar solução imediata aos casos emergenciais nas diversas localidades, notificando em dez dias corridos a prestadora de serviço sobre a necessidade de regularizar a situação. Uma resposta ao limite de 2.100 regularizações/ano definido pela Resolução nº 4 da Aneel e Anatel. “Nesse diapasão, cem anos não serão suficientes”, in-



Sem cumprimento de normas técnicas, emaranhado de cabos e fios é comum nas cidades brasileiras, colocando em risco população.

forma a FNE na justificativa de sua proposta. Pelo texto, a concessionária de energia elétrica será notificada pela Prefeitura, que deve descrever a não conformidade. A distribuidora, assim como as empresas a quem loca o poste, terá 150 dias para cumprir com as normas técnicas. Senão, será multada. Caberá ainda a ela “a manutenção, conservação, remoção, substituição, sem qualquer ônus para a administração, de poste de concreto ou madeira que encontra-se em estado precário, torto, inclinado ou em desuso”.

Na justificativa de sua minuta, a FNE aponta também outra irregularidade que a lei sugerida busca combater: “manter feixes de cabos enrolados e dependurados nos postes, constituindo-se em reserva técnica que, na verdade, trata-se de estocagem de materiais utilizando espaço público”. Para Kirchner, transforma-se, assim, esse espaço em almoxarifado, o que é inaceitável.

Ofícios contendo a minuta de projeto de lei já foram enviados pela FNE a diversas autoridades municipais e entidades. Entre elas, à Confederação Nacional dos Municípios (CNM), à Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e à União dos Vereadores do Brasil (UVB). Encampando esse movimento, o SEESP encaminhou em outubro a proposta aos 645 municípios do Estado de São Paulo.

FNE apresenta proposta para resolver problema. Encampando movimento, SEESP a encaminhou a todos os municípios paulistas.



Curso CNTU: qualificar para a luta

Rita Casaro

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) realizou nos dias 15 e 16 de outubro, na cidade de Maceió (AL), o seu III Curso de Formação Sindical. A atividade teve o objetivo de qualificar os dirigentes da base da entidade e contribuir para aprimorar a estrutura de atuação dos sindicatos filiados.

Nesta edição, a programação foi aberta pelo debate sobre o cenário político e econômico brasileiro. A primeira palestra ficou por conta do economista Ademir Figueiredo, assessor da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que questionou a existência de uma crise econômica no País, analisando diversos indicadores no período entre 1995 e 2014. Entre os selecionados, ele listou melhorias, por exemplo, em investimentos estrangeiros, reservas internacionais e na balança comercial. Na avaliação de Figueiredo, em vez de uma crise econômica, o que há no País é uma disputa sobre a política a ser implantada nesse setor. “Até onde o mercado é o dono do Brasil? Os rentistas controlam 47% do orçamento da União, que é o gasto para pagar amortização e juros”, concluiu.

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto deu sequência à análise da situação nacional, lembrando o papel do movimento sindical na sociedade: equilibrar o campo social em que se disputa a relação de trabalho, claramente favorável ao empresariado. “Todos os fatores de poder, riqueza e hegemonia estão situados no campo adversário”, afirmou. Conforme ele, após ter

avancado muito no período entre 2003 e 2013, em que a situação econômica do País favorecia as reivindicações, as entidades hoje atuam na dinâmica da resistência. “O credo do movimento sindical é baseado nos verbos resistir, representar e unir.”

A receita foi reforçada pelo diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diante de ameaças aos trabalhadores no Legislativo, tendo em vista que “o empresariado capturou o Congresso”, e no Executivo, “que abrigou representantes do capital em funções estratégicas”. Apesar do cenário desfavorável, Toninho convocou os dirigentes à ação. “Temos que fazer o enfrentamento de forma coletiva.”

Negociação coletiva

Caminho para evitar retrocessos é a negociação coletiva, tema que ficou a cargo dos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT – 2ª Região) Ivani Contini Bramante e Davi Furtado Meirelles. Para a magistrada, esse processo segue um princípio fundamental: “visa sempre a melhoria da condição social do trabalhador”, conforme a Constituição Federal. Enfático, Meirelles afirmou aos dirigentes participantes do III Curso da CNTU: “a negociação coletiva é a razão de existir de vocês todos.”

No entanto, se houver impasse entre capital e trabalho, isso pode não ser possível. Nesse caso, há a alternativa de instauração do Dissídio Coletivo junto à Justiça do Trabalho para que essa faça a mediação ou julgamento do conflito. Porém, lamentou Bramante, esse recurso está mais difícil desde 2004, quando foi implantado o dispositivo do “comum acordo” previsto na Emenda Constitucional 45. Esse exige que as partes tenham consenso sobre recorrer ao Judiciário, o que possibilita às empresas se esquivarem da negociação. A situação tornou-se menos grave, informou, a partir da nova redação da Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determina a ultratividade da norma coletiva, o que garante a manutenção das cláusulas do acordo anterior até que um novo seja fir-

mado. Nesse cenário, a desembargadora destacou também a experiência positiva do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos implantado no TRT de São Paulo.

Gestão e comunicação

Em sua palestra sobre a gestão das entidades sindicais, Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP), recomendou especial atenção ao fato de se estar lidando com recursos e patrimônio que pertencem ao trabalhador. “Temos tanta responsabilidade de aplicar bem quanto o governo de gerir o dinheiro público”, enfatizou. O segundo aspecto fundamental, conforme Gomes, é que é de interesse dos profissionais que o seu sindicato seja bem estruturado e tenha capacidade de ação. “Entidade forte, categoria forte”, resumiu.

Encerrando a programação, o jornalista João Franzin apontou a necessidade de se tratar a comunicação como estratégica para a ação política das entidades. “Tem que ser sistemática, não pode ser um evento”, enfatizou. Ele também defendeu que as entidades invistam na profissionalização para garantir critérios como regularidade, qualidade na forma e no conteúdo e agilidade. “Devezenquandário não tem credibilidade”, ponderou.

Ameaças

O III Curso da CNTU contou ainda com palestra da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil, que falou sobre os ataques à Previdência Pública no Brasil. A juíza do Trabalho aposentada e advogada Mara Loguércio discorreu sobre os efeitos nefastos da terceirização da mão de obra, que representa a desregulamentação do trabalho. Conforme ela, o Projeto de Lei 4.330, que versa sobre o tema, já aprovado na Câmara e à espera de apreciação no Senado, a rigor dá fim à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Veja cobertura completa no site da CNTU: <http://goo.gl/1u2qal>

Terceira edição da atividade da confederação discutiu conjuntura nacional e temas essenciais à representação dos trabalhadores.



A desembargadora Ivani Bramante fala sobre negociação coletiva e o papel da Justiça do Trabalho no curso da CNTU.

Rita Casaro

Novidades

Centro de diagnósticos no Paraíso

Segurança, eficácia, preço compatível com o mercado e agilidade na resolução das demandas das operadoras de saúde são as propostas da Tramed Centro de Diagnóstico. Estão disponíveis vários exames, como análises clínicas, audiometria, impedanciometria, radiologia, eletrocardiograma, eletroencefalogra-

ma, ultrassonografia, tomografias, mamografia, ecocardiograma e outros. Localiza-se na Rua Correia Dias, 143, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 2639-7900/7800/7600/7400, *e-mail* tramedcentro@hotmail.com, *site* www.transmedcentro.com.br. Desconto de 50%.

Convênios

Hospedagem

• Guararema Parque Hotel Resort

– Diária com pensão completa. Rua D'Ájuda, 438, no centro de Guararema (SP). Mais informações pelos telefones (11) 4693-8904/8800, *e-mail* gph.reservas@guararemahotel.com.br e no *site* www.guararemahotel.com.br. Desconto de 15%.

Autoescola em Santos

Tire sua carteira de habilitação de automóvel e moto ou de ambos no Centro de Condutores Surf. Localiza-se na Rua Senador Pinheiro Machado, 460, Canal 1, em Marapé, Santos (SP). Mais informações pelos telefones (13) 3322-4183 e 99679-1065, *e-mail* autoescolasurf@hotmail.com e no *site* www.autoescolasurf.com.br. Desconto de 30%.

Psicoterapia na Vila Mariana

Francisca de Fátima Ferreira atende adultos com problemas emocionais como depressão, ansiedade, pânico e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), entre outros. Faz ainda acompanhamento psicológico para emagrecimento e no pré e pós-cirúrgico da redução de estômago, bem como a doentes crônicos. Rua Ambrosina de Macedo, 67, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 5572-3876 e 99416-3600, *e-mail* franfafer@ig.com.br. Desconto de 60%.

Cabeleireiro e estética na Bela Vista

Serviços de estética facial e corporal e de cabeleireiro estão ao seu alcance. Fica na Rua Francisca Miquelina, 116, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3101-5130 e *e-mail* contato@officinacabeleireiros.com.br. Desconto de 10%.



Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site* www.seesp.org.br

**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**GRUPO ∞
semmler**

**Vantagens exclusivas
e a melhor relação
custo/benefício para você**



O Grupo Semmler tem 15 anos de parceria com o SEESP, aplicando sua experiência na formatação de planos de saúde, na prestação de consultoria ao usuário e na busca constante de novas e melhores soluções.

Por isso, preparou uma excelente opção de Plano de Saúde Coletivo por Adesão, em que todos os profissionais filiados ao SEESP contam com vantagens exclusivas e o atendimento personalizado Semmler.

Planos a partir de
R\$ 135,78/mês**

OFERTA POR TEMPO LIMITADO

*Válida até 13/11/2015, exclusiva para engenheiros, arquitetos, profissionais registrados no CREA ou que comprovem vínculo com a área tecnológica, e estudantes matriculados em cursos de engenharia ou outros da área tecnológica, que sejam filiados ou desejem filiar-se ao SEESP.

**Referente ao Plano Básico, de zero a 18 anos.

www.gruposemmler.com.br

Confira as vantagens:

- Possibilidade de inclusão de netos de até 23 anos e ampliação da faixa etária dos filhos dependentes para até 39 anos.
- Isenção de carências, exceto parto e pré-existentes, para quem está aderindo agora, independentemente de possuir planos de saúde anteriores ou não.*
- Condições especiais de associação à entidade, para sócios e não sócios, na contratação do plano.

Ligue hoje mesmo!

Região Metropolitana:

(11) 3511-3170

Demais regiões:

0800-333-5111

**GRUPO ∞
semmler**

**15
ANOS**

O Nosso Compromisso é Você.

Eleição para delegados sindicais na CET

No dia 5 de novembro próximo, das 13h às 19h, acontece na sede antiga do SEESP (Rua Genebra, 17, Bela Vista, Capital) o pleito para eleger os quatro delegados sindicais da categoria na Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP). O processo atende ao Acordo Coletivo de Trabalho e regulamento do delegado sindical dos engenheiros na empresa. Os eleitos, dois titulares e dois suplentes, cumprirão o mandato 2015-2017. Estão aptos a votar os profissionais empregados na companhia mediante apresentação de documento de identidade com foto e do último holerite salarial ou carteirinha/crachá funcional.

Em defesa da carreira de Estado

O SEESP e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), assim como outras entidades, estão empenhados na aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que cria a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal). A matéria está parada no Senado, aguardando votação de requerimento que desmembra a apreciação do PLC, que foi vinculada, por força de outro requerimento aprovado em 2 de junho último, ao Projeto de Lei do Senado 122/2014, que dispõe sobre o exercício profissional dos economistas.

Com isso, o projeto dos engenheiros – que já tinha sido

aprovado em duas comissões permanentes e aguardava apenas votação favorável no Plenário da Casa para, em seguida, ir à sanção presidencial – teve sua tramitação totalmente alterada e prejudicada. Por isso, é importante que o requerimento do “desapensamento” seja votado e aprovado pelos senadores.

Os profissionais que serão beneficiados pelo PLC 13/2013 podem e devem ajudar nessa luta e de forma direta, votando em enquete para pressionar por sua aprovação no [link](https://goo.gl/FJ2aDc) <https://goo.gl/FJ2aDc>. Para evitar fraude, é necessário cadastrar-se antes, acessando <https://goo.gl/IS2eRc>.

Vote na enquete do Senado sobre a Carreira de Estado para engenheiros e arquitetos. Ajude a pressionar o Legislativo a acelerar a aprovação do PLC 13/2013



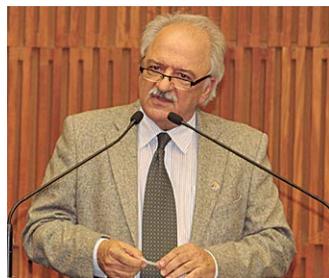
Para evitar fraude, é necessário um cadastro simples antes da votação. Acesse: <https://goo.gl/IS2eRc>

A favor do País

A aprovação do PL 13/2013 fortalece o papel dos engenheiros no setor público, com impacto sobre a demanda por remuneração justa e melhoria das suas condições de trabalho. Como frisou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP e da FNE, “a introdução da carreira de Estado para engenheiros é uma forma de dotar as administrações públicas dos profissionais necessários ao desempenho de suas atividades”.

Diretor do SEESP será homenageado em Santo André

Como tradicionalmente ocorre, a Câmara Municipal de Santo André celebrará o Dia do Engenheiro em solenidade programada para o próximo dia 10 de novembro, às 19h, na sede do Legislativo (Praça IV Centenário, 1 – Centro). Na ocasião, será prestada homenagem ao primeiro vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP no Grande ABC, o engenheiro mecânico Sérgio Scuotto (foto). O evento tem a realização conjunta da delegacia e das associações de engenheiros e arquitetos do ABC, Santo André e São Caetano do Sul. A data em comemoração ao profissional é 11 de dezembro.



Comissão de Saúde e Segurança é instalada na Cteep



Primeiro encontro da comissão, em 15 de outubro, definiu calendário de reuniões bimestrais e temas a serem discutidos.

Em cumprimento a uma das metas do Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017, foi instalada, em 15 de outubro último, a Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep). Nesse primeiro encontro, foi definido calendário de reuniões bimestrais, iniciando-se em 3 de dezembro, e as demais em 4 de fevereiro, 7 de abril e 9 de junho de 2016.

Também foram decididos os temas a serem discutidos pela comissão, entre eles: uma carta de princípios da Cteep; reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa); informações sobre acidentes; calendário de treinamentos da Norma Regulamentadora nº 10 (NR 10); emergência e médicos de resgates; programa de treinamento dos trabalhadores; descrição das atividades de cada colaborador; mapa de risco; e análise preliminar para cada atividade desenvolvida.

Retrocessos ao atendimento à vítima de estupro

A vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e coordenadora do Departamento das Trabalhadoras Universitárias da entidade, Gilda Almeida de Souza, manifestou-se contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que aprovou, no dia 21 de outubro último, projeto de lei que traz graves retrocessos em relação ao atendimento à vítima de estupro. De autoria do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a mudança proposta pode negar o acesso das mulheres que sofrem

violência sexual a procedimentos preventivos como a pílula do dia seguinte, que impede a gravidez, e o coquetel anti-HIV, contra o vírus da Aids. “Com essa decisão, a Câmara dos Deputados sinaliza

seu total descompromisso com a saúde, a segurança, o bem-estar e a vida das mulheres”, criticou.

Pelo texto aprovado na CCJ, a vítima também será obrigada a registrar ocorrência e fazer exame de corpo de delito para receber atendimento no serviço público. Na avaliação da dirigente, “isso também é gravíssimo, pois afronta a Constituição Federal ao propor que o Sistema Único de Saúde (SUS) não cumpra um de seus pressupostos básicos, que é a universalidade”. E concluiu: “Conclamamos todos à mobilização contra a aprovação da proposição pelo plenário da Câmara.”



Gilda Almeida, da CNTU: é necessário mobilização para barrar medida.